

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental foi criado pela Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007, publicada no DODF em 30 de maio de 2007. A atual estrutura do Brasília Ambiental foi estabelecida pelo Decreto nº 41.602, de 15 de dezembro de 2020. O Decreto nº 39.558, de 20 de dezembro de 2018, que revogou o Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007, aprovou o Regimento Interno do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental.

O Instituto Brasília Ambiental é uma entidade autárquica de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado Meio Ambiente, que tem por finalidades executar e fazer executar as políticas ambiental e de recursos hídricos do Distrito Federal e controlar e fiscalizar, com poder de polícia, o manejo dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal, bem como toda e qualquer atividade ou empreendimento que cause ou possa causar poluição ou degradação do meio ambiente e dos recursos hídricos, de acordo com o disposto no artigo 2º de sua Lei de criação.

Para alcançar suas finalidades, o artigo 3º da Lei n.º 3.984/2007 estabeleceu as seguintes competências:

I - propor normas e padrões de qualidade ambiental e dos recursos hídricos;

II - definir normas e padrões relativos ao uso e manejo de recursos ambientais;

III - propor e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação e vigilância dos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

IV. propor a definição e executar o controle do zoneamento ambiental e do zoneamento ecológico e econômico;

V - proceder à avaliação de impactos ambientais;

VI - promover o licenciamento de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como daqueles capazes de causar degradação ambiental, em todo o território do Distrito Federal;

VII - propor a criação e promover a gestão das unidades de conservação, parques e outras áreas protegidas;

VIII - implantar e operacionalizar sistemas de informações e de monitoramentos ambientais e de recursos hídricos;

IX - fiscalizar e aplicar penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção da degradação ambiental;

X - planejar e desenvolver programas de educação ambiental;

XI - promover a proteção e o manejo integrado de ecossistemas, de espécies, do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica do Distrito Federal;

XII - disciplinar, cadastrar, licenciar, autorizar, monitorar e fiscalizar atividades, processos e empreendimentos, bem como o uso e o acesso aos recursos ambientais e hídricos do Distrito Federal;

XIII - regulamentar, analisar, registrar e controlar a produção, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de substâncias químicas em atividades agrossilvopastoris, industriais, comerciais e de prestação de serviços, conforme legislação em vigor;

XIV - desenvolver ações de assistência e apoio às instituições públicas e à sociedade, em questões de acidentes e emergências ambientais e de recuperação e melhoria da qualidade ambiental;

XV - promover o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e o apoio à adoção de tecnologias limpas e ao extrativismo;

XVI - aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos nacionais e internacionais relativos à gestão ambiental e dos recursos hídricos;

XVII - monitorar, prevenir e controlar desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;

XVIII - julgar, em primeira instância, os recursos interpostos aos autos de infração oriundos do exercício do poder de polícia administrativa do Instituto;

XIX - fazer recolher, junto à conta da autarquia, preços públicos de licenciamento ambiental e dos recursos hídricos, multas, taxas de fiscalização ambiental e de recursos hídricos e recursos oriundos de compensações ambientais, entre outros, nos termos da legislação vigente;

XX- promover e executar atividades afins e correlatas necessárias à plena consecução de sua finalidade.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Tótal
Efetivos do GDF	42	43	86	192	363
Comissionados sem vínculo efetivo	81	0	0	0	81
Requisitados de órgãos do GDF	4	0	6	0	10
Requisitados de órgãos fora do GDF	1	0	0	0	1
Estagiários	0	0	13	32	45
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	24	0	24
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	128	43	129	224	524

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
(-) Cedidos para outros órgãos	10	14	0	0	24
Total Geral	118	29	129	224	500

O quadro de servidores do Brasília Ambiental vem se mostrando deficitário em termos quantitativos há alguns anos. Apesar da alta qualidade técnica das equipes, as diversas unidades tem sofrido com a sobrecarga de trabalho e a acumulação de atribuições. Como exemplo, tem-se a carreira de Atividades do Meio Ambiente que, em decorrência de exonerações e migrações, dispõe atualmente de 169 cargos vagos entre Analistas e Técnicos. Situação semelhante também é observada nas carreiras de Planejamento Urbano e Infraestrutura e de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas (meio ambiente). Assim, para o ano de 2021, faz-se necessária a realização de concursos públicos para provimento de cargos nas mais diversas especialidades que compõem a multidisciplinaridade técnica exigida para aqueles que atuam diretamente na proteção do meio ambiente e no zelo pelo uso sustentável dos recursos naturais.

Em razão da pandemia da COVID19, o ano de 2020 foi marcado pela necessidade impositiva de afastamento dos servidores de suas respectivas bases de trabalho e a realização de grande parte das atividades se deu de forma remota (teletrabalho). A nova realidade possibilitou a percepção de que o modelo de home office é algo factível, trazendo bons resultados e economia de gastos. Destaca-se ainda o sucesso da VIII Semana da Saúde e Segurança do Trabalho realizada totalmente no formato *on-line* e com quórum de participantes acima do que foi observado nos anos anteriores. Ainda como reflexo da pandemia, realizou-se de forma exitosa o processo seletivo de contratação simplificada da Brigada de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais por meio de inscrições *on-line*, num total de 148 combatentes selecionados.

No decorrer do ano foi publicada a Instrução Normativa nº 37/2020, que instituiu a Política de Gestão de Pessoas do Brasília Ambiental, como também foi publicada a Comissão para acompanhamento dos projetos do QVT – Qualidade de Vida no Trabalho. Assim, no ano de 2021, a perspectiva no processo de gestão de pessoas estará ligada às diretrizes para a valorização, capacitação e a profissionalização dos servidores, vinculando ao atendimento e à efetividade dos gastos públicos, com instrumentos capazes de assegurar atendimentos mais eficazes e ágeis na gestão das atividades de recursos humanos, como facilitador na satisfação profissional e pessoal.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6206 - ESPORTE E LAZER

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3902 - REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES	200000,0	0,0	0	0
9542 - CONSTRUÇÃO DE PARQUINHOS INFANTIS EM PARQUES DO DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
TOTAL - 6206 - ESPORTE E LAZER	200000,00	0,00	0,00	0,00

O orçamento do Brasília Ambiental foi vinculado a este programa temático em razão de Emendas Parlamentares Distritais com destinação de recursos para implementação de melhorias de infraestrutura nas Unidades de Conservação sob a gestão do órgão. Essa despesa especificamente não foi autorizada durante o exercício.

6210 - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
0082 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
2543 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS	7005000,0	134510,00	134508,91	134508,91
0001 - PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	7005000,0	134510,00	134508,91	134508,91
2562 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	750708,0	713319,71	676185,60	604792,90

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0001 - MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	750708,0	713319,71	676185,60	604792,90
2567 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS	10000,0	0,0	0	0
0001 - GESTÃO DE FLORA E RECURSOS FLORESTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
3070 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	5000,0	0,0	0	0
0003 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
3870 - IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS	770000,0	430000,0	0	0
0003 - IMPLEMENTAÇÃO DE ESPAÇOS E ESTRUTURAS DE ESPORTE, LAZER, ARTE E CULTURA NO DISTRITO FEDERAL	770000,0	430000,0	0	0
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	810000,0	109579,0	47735,00	47735,0
0001 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	260000,0	109579,0	47735,00	47735,0
2259 - AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA PARQUE EDUCADOR	150000,0	0,0	0	0
2260 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ADOÇÃO E A GUARDA RESPONSÁVEL	400000,0	0,0	0	0
4098 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE	5000,0	0,0	0	0
0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
4100 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	5000,0	0,0	0	0
0001 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	250000,0	150000,0	48744,0	48744,0
0003 - APOIO AO PROJETO "PARQUE EDUCADOR"	100000,0	0,0	0	0
0004 - APOIO AO PROJETO PARQUE EDUCADOR	150000,0	150000,0	48744,0	48744,0
9121 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS AMBIENTAIS (EP)	600000,0	0,0	0	0

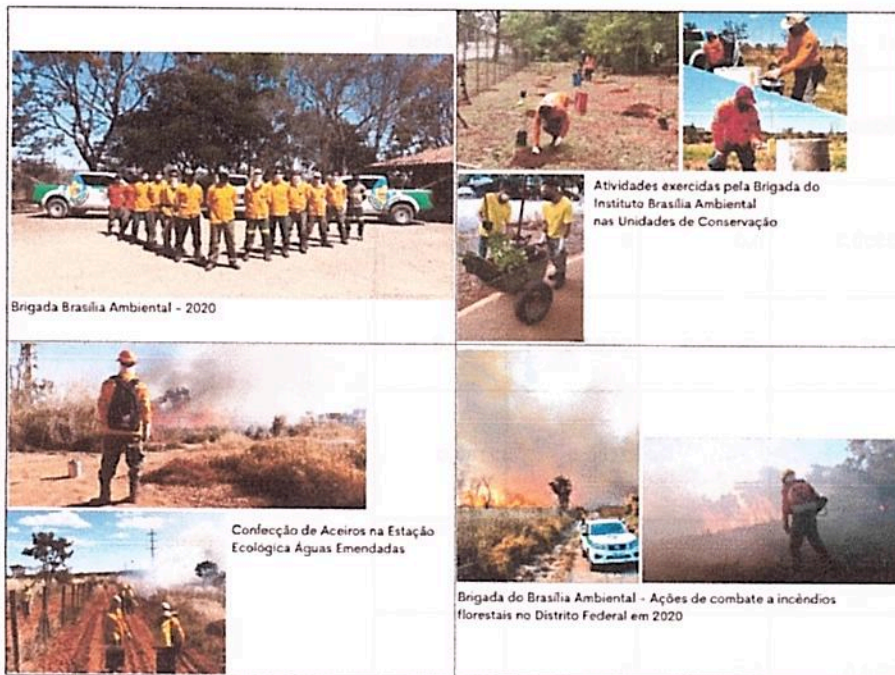
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0002 - APOIO A PROJETOS AMBIENTAIS NO DISTRITO FEDERAL	600000,0	0,0	0	0
1994 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	20000,0	0,0	0	0
0002 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	20000,0	0,0	0	0
1999 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	20000,0	662886,0	0	0
0002 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	20000,0	342886,0	0	0
0004 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	0	320000,0	0	0
2534 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL	30000,0	3300,0	3300,0	3300,0
0002 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MONITORAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	30000,0	3300,0	3300,0	3300,0
2535 - GESTÃO DA FAUNA	305000,0	0,0	0	0
0001 - GESTÃO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
0003 - MONITORAMENTO DE FAUNA SILVESTRE	300000,0	0,0	0	0
2536 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	1199799,0	547217,50	424495,27	387296,08
0001 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	649799,0	347217,50	258495,27	258495,27
0007 - CONTROLE REPRODUTIVO DE ANIMAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII-SANTA M	150000,0	0,0	0	0
0008 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE SANIDADE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	300000,0	0,0	0	0
0009 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS (CÃES E GATOS)	100000,0	0,0	0	0
0010 - SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-DISTRITO FEDERAL	0	200000,0	166000,00	128800,81

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3744 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF	10000,0	0,0	0	0
0002 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - IBRAM/DF--DISTRITO FEDERAL	10000,0	0,0	0	0
4095 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	5000,0	47180,0	2180,0	2180,0
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	5000,0	47180,0	2180,0	2180,0
4096 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	5000,0	0,0	0	0
0002 - REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL--DISTRITO FEDERAL	5000,0	0,0	0	0
9088 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA	3046910,0	3996464,69	3951817,00	3951817,00
0004 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	1057910,0	2207464,69	2162817,00	2162817,00
0005 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVEP	289000,0	289000,0	289000,0	289000,0
0006 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - CASTRAMOVEL/PETMOVEL	1200000,0	500000,0	500000,0	500000,0
0007 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVET	500000,0	1000000,0	1000000,0	1000000,0
2551 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS	10000,0	44607,50	41606,70	29254,70
0001 - ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO E DOCUMENTOS AMBIENTAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	44607,50	41606,70	29254,70
TOTAL - 6210 - MEIO AMBIENTE	14867417,00	6839064,40	5330572,48	5209628,59

1. PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Dentro dessa ação orçamentária ocorreram contratações de 148 brigadistas, divididos em 4 supervisores de brigada, 24 chefes de brigada e 120 brigadistas que desenvolveram os trabalhos de 13 de julho a 30 de novembro de 2020, totalizando 4 meses e 19 dias de trabalho. A Brigada Florestal do Brasília Ambiental desenvolveu atividades de manutenção e recuperação nas Unidades, executando o plano e a preparação do solo para o plantio de 1000 mudas, além de roçagem, poda de árvores, manutenção de ferramentas e equipamentos, cercamento das Unidades, ronda ostensiva, atividades de conscientização da população nas Unidades de Conservação (UC) do Brasília Ambiental. Foram executados 70 hectares de queima prescrita na Estação Ecológica Águas Emendadas (ESECAE) e 65 km de aceiro negro, sendo 30 na ESECAE e 35 km na APA Gama-Cabeça de Veado, incluindo a área do Parque Ecológico do Tororó, local que não havia sido executado essa prática até esse ano. Os aceiros mecânicos foram executados em cerca de 22 UC do Brasília Ambiental.

Figuras 1, 2, 3 e 4. Atividades desenvolvidas pela Brigada do Brasília Ambiental em 2020.



A identificação, o levantamento e análise das áreas queimadas do Programa de Monitoramento de Áreas Queimadas nos Parques e Unidades de Conservação do IBRAM – PROMAQ é realizado durante todo o ano, de janeiro a dezembro. Depois de identificadas é elaborada a poligonal da área queimada, é realizado o preenchimento do Registro de Incêndios Florestal – RIF. No ano de 2020, foram vistoriados 86 (oitenta e seis) Unidades de Conservação sob gestão do Instituto Brasília Ambiental, desse total, foram registradas e mapeadas áreas queimadas em 45 (quarenta e cinco) Unidades de Conservação. Abaixo apresenta-se quadro com os números do monitoramento de áreas queimadas realizado desde 2012 pelo Brasília Ambiental.

Quadro 1. Histórico do monitoramento de área queimada realizado pelo Brasília Ambiental desde de 2012.

ANO	Área Queimada (hectares)
2012	2.419
2013	1.788
2014	2.932
2015	2.450
2016	3.081
2017	3.249
2018	1.715
2019	3.172
2020	1.848

A contratação de uma Brigada de Combate a Incêndios Florestais envolve questões de proteção ao bioma, proteção ao patrimônio e preservação da saúde das comunidades e do DF como um todo. A contratação para 2021 já está em curso com perspectivas para acontecer entre os meses de maio a novembro de 2021 e previsão de 150 brigadistas contratados nesse período. Dentre as atividades realizadas pela brigada em relação à prevenção de incêndios florestais estão: confecção de aceiros, confecção de equipamentos de combate (abafadores), ações de educação ambiental, vigilância, realização de rondas e inibir a ação de vândalos e incendiários. Nas ações de combate estão à identificação inicial dos focos de incêndios florestais, combate direto dos incêndios e auxílio às outras instituições que compõem Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do DF (PPCIF).

2. MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Pode-se destacar as seguintes atividades:

- Plantio de 3.700 (três mil e setecentas) mudas nas Unidades de Conservação - UCs;
- Início do plano de trabalho para plantio de 90.000 (noventa mil) mudas no Parque Ecológico do Tororó, com recursos de compensação florestal;
- Recuperação de áreas sensíveis no Parque Ecológico Águas Claras e Parque Ecológico do Riacho Fundo através de parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- Manutenção de aceiros em conjunto com a Brigada de Combate a Incêndios Florestais e por meio de Compensação Florestal;
- Supressão de 150 (cento e cinquenta) indivíduos arbóreos com risco de queda nas UCs;
- Aquisição de uniformes para os agentes das Unidades de Conservação;
- Vistorias periódicas, programadas ou não, para monitoramento quanto a invasões, infrações, danos ambientais e posterior comunicação ao setor de Fiscalização;
- Apoio à realização de missa no Monumento Natural Dom Bosco, em comemoração ao Projeto "AGOSTO DE DOM BOSCO" da Secretaria de Estado e Turismo do Distrito Federal;
- Execução do Projeto "SORRIA VOCÊ ESTÁ EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO", que foi realizado no Parque Ecológico das Garças (Lago Norte) na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Bosque (Lago Sul), com o intuito de conscientizar a população acerca do uso sustentável das Unidades de Conservação;
- Realização do Programa Natal nos Parques, no Parque Ecológico de Águas Claras e no Parque Ecológico Olhos d'Água;
- Ação ambiental com a comunidade no Parque Ecológico do Paranoá em parceria com associação sem fins lucrativos;
- Recuperação de estruturas do Parque Ecológico Três Meninas, do Parque Ecológico do Riacho Fundo, Parque Ecológico Olhos d'Água, do Monumento Natural Dom Bosco, do Parque Ecológico Asa Sul, do Parque Ecológico Sucupira e do Parque Ecológico dos Jequitibás;
- Implementação do Parque Ecológico do Tororó;
- Instalação de mais de 300 (trezentas) placas informativas nas Unidades de Conservação;
- Construção de abrigos para bebedouros de visitantes do Parque Ecológico Três Meninas;
- Início da construção da guarita do Parque Ecológico das Garças por meio de doação;
- Cercamento do Parque Ecológico Sucupira, por meio de compensação ambiental;
- Instalação da iluminação de LED, em parte do Parque Ecológico Asa Sul.



3. CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E BIODIVERSIDADE

3.1 Criação e Recategorização de Unidades de Conservação

Para a criação e recategorização das UCs foram desempenhadas as seguintes atividades:

- Publicação da Instrução Normativa nº 18, de 19 de maio de 2020 que regulamenta os procedimentos para a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF – Brasília Ambiental e implantação pelo proprietário do imóvel;
- Foi dado início à elaboração do estudo técnico para a criação e recategorização das UCs localizadas na Unidade Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho;
- Foi realizada consulta pública para a criação do Refúgio de Vida Silvestre Cachoeirinha e Coqueirão;
- Realização da consulta pública para a criação do Refúgio de Vida Silvestre Taboquinha;
- Realização da consulta pública para a criação do Monumento Natural do Rio Descoberto e encaminhamento para publicação;
- Visitas técnicas e formação de Grupo de Trabalho para a criação do Parque Distrital Pedra dos Amigos;
- Recategorização de 08 Unidades de Conservação da Natureza.

Tabela 1. Recategorização de Unidades de Conservação.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO RECATEGORIZADAS EM 2020	NORMA
Parque Ecológico da Enseada Norte	Decreto nº 41.293 de 05 de outubro de 2020
Parque Urbano dos Pássaros	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020
Parque Urbano Bosque dos Tribunais	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020
Parque Urbano Bosque dos Constituintes	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020
Parque Urbano Bosque dos Eucaliptos	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020
Parque Urbano do Setor O	Decreto nº 41.293, de 5 de outubro de 2020
Parque Distrital das Copaibas	Lei nº 6584 de 22 de maio de 2020
Parque Urbano do Núcleo Bandeirante	Decreto nº 41.293 de 5 de outubro de 2020

3.2. Planos de Manejo

Foi publicada a Instrução Normativa nº 36/2020 que estabelece procedimentos para a elaboração e revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação administradas pelo Instituto Brasília Ambiental e revoga o roteiro anterior.

Tabela 2. Planos de manejo publicados em 2020.

Unidade de Conservação	Publicação
Parque Ecológico Santa Maria	Instrução nº 6 de 18 de março de 2020
MONA Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira	Instrução nº 16 de 26 de maio de 2020

Tabela 3. Planos de manejo em elaboração.

Nº	Unidade de Conservação
1	ARIE Bananal
2	Parque Distrital Salto do Tororó
3	Refúgio de Vida Silvestre Mata Seca
4	Parque Ecológico Burle Marx
5	ARIE JK
6	Parque Ecológico Cortado
7	Parque Ecológico Saburo Onoyama
8	Parque Distrital Boca da Mata
9	Parque Ecológico Três Meninas
10	Refúgio de Vida Silvestre Gatumé
11	Parque Ecológico São Sebastião
12	Parque Ecológico Tororó
13	Parque Ecológico Areal
14	Parque Ecológico Olhos d'água
15	Parque Península Sul
16	Parque Ecológico Anfiteatro Natural do Lago Sul
17	Parque Ecológico Riacho Fundo
18	Parque Sucupira
19	Parque Ecológico Sucupiras

Figuras 7, 8 e 9. Visitas técnicas em Unidades de Conservação.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



3.3 Poligonais de Unidades de Conservação

Foi publicada a poligonal do Parque Ecológico Areal - Decreto nº 41035 de 27 de julho de 2020.

Tabela 4. Definição de poligonais em andamento.

	Unidade de Conservação	Finalidade
1	Parque Ecológico Sucupira	Recategorização e poligonal
2	Parque Ambiental Colégio Agrícola de Brasília	Recategorização e poligonal
3	Parque Ecológico Península Sul	Redefinição de poligonal
4	Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul	Desafetação por união com o Parque Ecológico Península Sul
5	RVS Cachoeirinha e Coqueirão	Criação e poligonal
6	Parque Distrital Recanto das Emas	Poligonal
7	Parque Ecológico dos Pioneiros	Poligonal
8	ARIE Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	Poligonal
9	Parque Ecológico Santa Maria	Recategorização e redefinição de poligonal

3.4 Atividades Técnicas Especializadas relativas à criação e manejo de flora e fauna em Unidades de Conservação

Principais atividades técnicas realizadas em 2020.

- Elaboração de 4 cartazes sobre as Flores do Cerrado;
- Publicação de 38 Posts semanais de Flora no Instagram;
- 05 posts no Instagram sobre as consultas públicas de criação;
- 1 questionário *on line* sobre avistamento de capivaras na orla do Lago Paranoá e área urbana adjacente;
- 02 posts no Instagram sobre as Oficinas Participativas de Planos de Manejo;
- 01 vídeo sobre a consulta pública de definição de poligonal dos Parques Península Sul e Anfiteatro Natural do Lago Sul;
- 4 vídeos sobre o Parque Ecológico Areal no canal do Youtube;
- 7 vídeos sobre as Unidades de Conservação do DF no canal do Youtube, advindos do recursos da semana da ciência e tecnologia.

Figuras 10, 11, 12 e 13. Cartazes informativos sobre Flores do Cerrado, publicados pelo Brasília Ambiental em 2020.



3.5 Outras ações relativas a Unidades de Conservação

Em 2020 foi realizada a atualização do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC/MMA com dados dos planos de manejo e algumas das UCs recategorizadas. O Cadastro Distrital de Unidades de Conservação foi incluído no PDTI e PDGEO e institucionalizado Grupo de Trabalho para a execução e acompanhamento das atividades administrativas necessárias à sua efetivação.

Os servidores do Brasília Ambiental realizaram o curso de aplicação do SAMGe - Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (ICMBIO) e realizaram o preenchimento dos dados de gestão das UCs Distritais cadastradas no CNUC no ciclo de 2020. Foi institucionalizado um Grupo de Trabalho responsável pelo preenchimento, aplicação e multiplicação do conhecimento da ferramenta.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Brasília Ambiental promoveu diversas ações de Educação Ambiental em 2020, destacam-se:

- Promoção do projeto Chorinho nos Parques;
- Produção do Almanaque do Fogo (prevenção a incêndios florestais);
- Produção de materiais ecopedagógicos impressos e virtuais no escopo do Projeto Eu Amo Cerrado;
- Execução do programa Conexão Verde, o qual produziu canteiros fitoterápicos em UCs e material gráfico e virtual de saberes tradicionais.

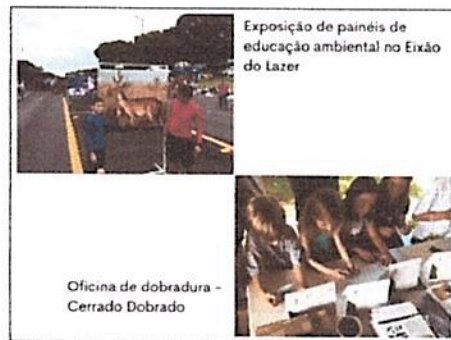
Figuras 14, 15 e 16. Atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelo Brasília Ambiental em 2020.

[Handwritten signatures and initials]



Além das ações citadas, o Brasília Ambiental promoveu a Educação Ambiental em parceria com diversas instituições e associações da sociedade civil, entre elas: CIEA-DF (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Distrito Federal), Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, Serviço de Limpeza Urbana - SLU, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA com o Projeto Continuo Acertando, IFB, SES e UnB.

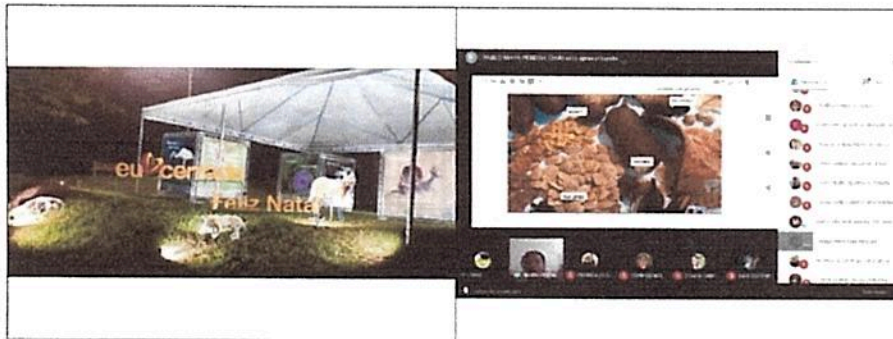
Figura 17. Atividades de Educação Ambiental.



4.1 Programa Parque Educador

O Programa faz parte das atividades da Educação Ambiental do Instituto e atendeu mais de trinta turmas de forma virtual, com aulas online e produção de vídeos ambientais. No final do ano, foi promovido o Natal nos Parques em duas Unidades de Conservação, o Parque Ecológico de Águas Claras e Parque Ecológico Olhos d'Água, mesclando o espírito natalino com a educação ambiental.

Figuras 18 e 19. Natal nos Parques e atividades desenvolvidas pelo Programa Parque Educador.



5. SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA

5.1 Programa de Sanidade Animal

No que se refere à sanidade animal, no ano de 2020 foram realizadas 3.478 castrações, das quais 688 cachorros, 1.136 cadelas, 987 gatas e 667 gatos. Foi registrada redução de castrações em 2020, que ocorreu em função da pandemia de Covid-19 e às restrições impostas para mitigação do impacto da doença. Além disso, nesse ano foi realizado apenas uma campanha de cadastro para castração em fevereiro, na Região Administrativa de São Sebastião, sendo que, para evitar aglomerações, foram suspensas as campanhas presenciais e o atendimento da clínica contratada foi reduzido. Com o retorno das atividades no segundo semestre, as atividades foram voltadas ao controle reprodutivo em grandes plantéis e às pessoas que não haviam sido atendidas na campanha de fevereiro. Do total de animais castrados em 2020, aproximadamente 80% foram oriundos dessa modalidade do programa. Outrossim, foram atendidos 80 requerimentos (processos) para castração desse grupo de tutores. Salienta-se que o processo de autorização inclui a checagem de documentos e vistoria ao local indicado, quando vislumbrado a necessidade pela equipe técnica.

Quadro 2. Castrações realizadas em 2020 pelo Brasília Ambiental.

Mês	Cachorro	Cadeia	Gata	Gato	Total das Castrações
Janeiro	54	118	110	78	360
Fevereiro	51	64	86	56	257
Março	68	146	147	90	451
Julho	25	61	59	51	196
Agosto	78	117	117	91	403
Setembro	101	158	80	45	384
Outubro	100	174	116	76	466
Novembro	70	109	107	61	347
Dezembro	141	189	165	119	614
Total	688	1136	987	667	3.478

Para fins de auditoria para aferir a qualidade dos serviços prestados pela clínica junto aos tutores, foi realizada pesquisa de satisfação com os tutores atendidos no local. A pesquisa foi encaminhada por meio digital, através de um formulário do google enviado por e-mail e via whatsapp a todos os tutores atendidos no período de janeiro a dezembro de 2020. Ao final, 125 tutores responderam ao questionário, o que representa um universo amostral de 29% do total de tutores atendidos no período (429). A primeira pergunta realizada na entrevista foi com relação à forma que o Brasília Ambiental realiza o cadastro para castração. Do total de participantes, 87% deram nota ótimo/boa para a forma de cadastramento, 11% deram nota regular e 2% deram nota ruim. A segunda pergunta realizada na entrevista foi com relação ao atendimento prestado pela clínica. Para o quesito, 95% deram nota ótimo/boa para o atendimento prestado pela clínica, 3% deram nota regular e 2% deu nota ruim. A terceira pergunta do questionário foi concernente à estrutura física da clínica. Dos entrevistados, 90% deram nota ótimo/boa para a estrutura do local e 10% atribuíram nota insatisfatória (9% nota regular e 1% ruim). A quarta pergunta da entrevista teve como enfoque identificar se o usuário do programa de castração indicaria o estabelecimento para um amigo ou parente. Dos interrogados, 93% recomendariam a clínica para um amigo ou parente e 7% não recomendaria (6% deram nota regular e 1% nota ruim).

5.2 Hospital Veterinário Público (HVEP) - Transferências de Recursos

Durante o ano de 2020, o HVEP recebeu 12.029 tutores, atendeu 13.341 animais (cães e gatos) e realizou 97.584 procedimentos veterinários (exames de imagem, administração de medicamentos, cirurgias e serviços laboratoriais). As atividades executadas estão acima da meta estipulada no plano de trabalho, dessa forma, o pactuado foi cumprido pela entidade parceira ao longo do ano. Destaca-se que, no ano de 2020, a OSC parceira apresentou a segunda prestação de contas, o documento entregue atendeu aos requisitos do Decreto 37.843/2016 em sua totalidade e não houve evidências de irregularidade na aplicação dos recursos. Concluiu-se que houve cumprimento integral do objeto pactuado e foi recomendada a aprovação das contas do segundo ano da parceria. Ainda com relação as atividades do hospital, cabe citar a campanha de vacinação e vermifugação de cães e gatos realizada na região administrada do SCIA/Estrutural, na qual 480 animais foram vermifugados e 484 vacinados. Por fim, no último trimestre de 2020 foi aprovado um novo plano de trabalho para o HVEP para operacionalização da unidade móvel na região administrada de Planaltina. O repasse dos recursos ocorreu em dezembro com o consequente início das atividades. O intuito é a castração de 1800 animais e a vacinação e vermifugação de 1000 no início de 2021. A tabela abaixo traz a discriminação das atividades e atendimentos do HVEP em 2020.

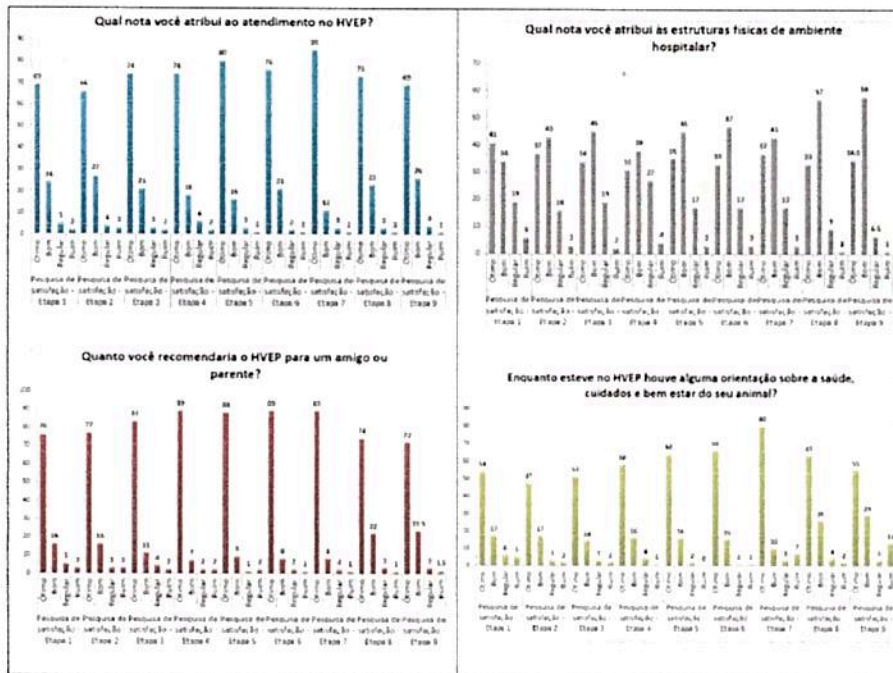
Quadro 3. Atendimento HVEP.

Mês	Atendimentos	Exames de imagem	Administração de medicamentos	Cirurgias	Eventos de ensino	Serviços laboratoriais
2020 Janeiro	1.130	1.100	1.100	200	2420	157
2020 Fevereiro	866	771	796	126	2690	124
2020 Março	987	977	1.032	167	2096	105
2020 Abril	812	836	1.08	118	2179	98
2020 Maio	756	791	811	148	2958	105
2020 Junho	1.083	1.171	975	197	2982	143
2020 Julho	1.275	1.189	1.146	207	4434	108
2020 Agosto	1.143	1.290	1.029	206	3771	113
2020 Setembro	1.120	1.276	1.062	206	3434	117
2020 Outubro	1.186	1.239	1.145	194	3110	127
2020 Novembro	1.091	1.213	1.014	199	3817	131
2020 Dezembro	1.076	1.187	*	*	2739	120
Total	12.029	13.341	*	*	37.213	1.414

*O programa responsável pelo acompanhamento das metas (vetus) foi reformulado e ainda não estavam disponíveis todas as funcionalidades a época da emissão do presente relatório, de modo que não foi possível contabilizar a quantidade de cães e gatos atendidos em dezembro de 2020

O Hospital Veterinário Público também teve suas atividades auditadas no ano de 2020. As figuras abaixo ilustram os resultados da pesquisa de satisfação por etapa. Salienta-se que as etapas sete, oito e nove se referem ao ano de 2020. As notas atribuídas ao serviço prestado no HVEP estão acima da meta pactuada para o termo de colaboração (60% das notas deveriam ser bom ou ótimo por quesito avaliado). Com base nos resultados apresentados, as metas foram cumpridas ao longo do ano de 2020.

Figuras 20, 21, 22 e 23. Resultados da pesquisa de satisfação HVEP.



6. GESTÃO DA FAUNA

6.1 Fauna Silvestre

O Brasília Ambiental mantém um programa contínuo de monitoramento de médios e grandes mamíferos. No ano de 2020 ficaram em funcionamento constante 14 armadilhas fotográficas na Estação Ecológica Águas Emendadas - ESECAE. Um dos registros mais relevantes foi a detecção de uma espécie invasora, o javaporco (*Sus scrofa* híbrido). Um plano de ação para sua remoção está sendo elaborado em conjunto com os gestores da Unidade de Conservação. Além disso, a presença de cachorro doméstico (*Canis lupus familiaris*) foi registrada com frequência e constância, essa espécie forma alcateias asselvajadas que podem atacar a fauna nativa local. Em resumo, a presença dessas espécies exóticas e invasoras (como o caso do javaporco) revelam um fator de pressão sobre a fauna nativa local, assim, o monitoramento é essencial para subsidiar a formulação de estratégias de controle dessas espécies.

Também foram instaladas armadilhas fotográficas na região da bacia do Rio São Bartolomeu em parceria com o setor de criação de unidades de conservação, para verificar a presença de grandes mamíferos. Foram registradas espécies de relevante interesse para a conservação, como a onça-parda e o tamanduá-bandeira.

Figuras 24 e 25. Registro de javaporco (*Sus scrofa* híbrido) e cachorros (*Canis lupus familiaris*).



Figuras 26 e 27. Registros de onça-parda (*Puma concolor*) e Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), espécie ameaçada de extinção.



Figuras 28 e 29. Registros de Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e Jaguaririca (*Leopardus pardalis*).



Pode-se destacar também a gestão do Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - Sisfauna. Em 2020, foi finalizada a autorização de um mantenedor de fauna, renovada a licença de dois criadouros comerciais, dois criadouros aguardam análise do setor para renovação de suas licenças e um criadouro foi notificado a apresentar complementação para análise de renovação da licença. Além dos processos indicados, foram respondidos oito processos acerca de novos empreendimentos de fauna silvestre, desses três foram indeferidos e cinco não apresentaram a documentação completa para análise.

6.2. SisPass - Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres

Todo cidadão que deseja criar aves da fauna silvestre em cativeiro sem interesses comerciais, deve cadastrar-se no Sistema Nacional de Gestão dos Criadores Amadores de Passeriformes Silvestres - Sispass, que é gerido pelo Instituto Brasília Ambiental. Por obrigação legal, todos os criadores amadores de passeriformes devem renovar anualmente sua licença para criação, mediante pagamento de preço público. Em 2020, foram solicitados 185 novos cadastros no Sispass dos quais:

- 140 solicitações foram atendidas e os interessados homologados no Sispass;
- 27 foram indeferidos para apresentar complementações,;
- 14 não foram analisados por falta de pagamento do boleto referente ao serviço;
- 04 aguardam análise na unidade de fauna.

Em relação às renovações das licenças já homologadas no Sispass, o processo iniciou-se em junho de 2020 e foi até o dia 31/12/2020, período no qual foram realizadas 1.309 solicitações de renovação de licença. Desse total, todas foram analisadas, porém, 1.264 foram atendidas e emitido boleto para pagamento, e 45 solicitações não foram atendidas devido a falta de documentação do interessado. Dos processos atendidos com emissão de boleto, 1.116 realizaram o pagamento e foram regularizados no Sispass e para 148 solicitações não foi confirmado pagamento do boleto, encontrando-se, desta forma, com a licença pendente.

Dos serviços executados no sistema Sispass por operadores do Brasília Ambiental, alguns necessitam de atendimento presencial, como recebimento de anilhas de óbito, estoque ou oriundas de intimação da fiscalização, reversão de fuga, furto ou óbito de passeriformes, e alteração de sexo declarado no sistema. Em 2020, foram realizados 115 atendimentos presenciais, pois devido a pandemia causada pela COVID-19 não houve atendimento presencial entre os meses de abril e junho, retomado o atendimento em 3/7/2020 com restrições. Destaca-se que em 2020 foram realizadas 07 autorizações de transferência de passeriformes de anilhas descrição IBAMA, 57 inclusões de aves oriundas de criador comercial, 87 exclusões de anilhas do estoque, 649 exclusão de aves do plantel e cinco reversões de fuga de passeriforme. Outrossim, foi autorizada a realização de tomelo envolvendo passeriformes silvestres no Distrito Federal, e um interessado aguarda análise de solicitação para criação de nova associação de criadores.

7. GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL

A renovação do licenciamento do software para a disponibilização do acervo e Informações técnicas afetas ao Brasília Ambiental de forma on-line possibilitou a base necessária para a manutenção dos trabalhos de adequação e modernização do acervo documental do Instituto, com adequada organização e disponibilização do referido acervo. Toda legislação corrente está sendo inserida na Biblioteca Digital do Brasília Ambiental (BDI), bem como o passivo está sendo aos poucos inseridos como objeto do teletrabalho do setor. Em 2020 foram cadastrados 3.347 documentos na BDI, entre atos, legislações, estudos, material institucional e obras em geral. Em dezembro foi finalizada a digitalização do passivo de documentos físicos (115.018 páginas) referentes a estudos ambientais para disponibilização online a todos via BDI. Com este trabalho, o Brasília Ambiental passa a contar com um acervo robusto de documentos e legislação dispostos de forma on-line.

Alinhado às práticas de sustentabilidade, foram reciclados aproximadamente 200 quilos de arquivos físicos, graças ao trabalho realizado na gestão de documentos, na qual mais de 4.000 documentos foram identificados e selecionados para esta ação. Como benefício adicional, foi obtido mais espaço no arquivo para documentos com temporalidade maior no órgão.

[Handwritten signatures and initials]

Figuras 30 e 31. Reciclagem de material reciclável proveniente do descarte dos arquivos físicos do Brasília Ambiental.



8. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

O quadro abaixo demonstra os resultados alcançados pelas atividades de fiscalização do Brasília Ambiental no ano de 2020. Na sequência, algumas imagens que ilustram o trabalho da fiscalização ambiental.

Ato Administrativo	Quantidade
Relatórios de Auditoria e Fiscalização	3.403
Autos de Infração lavrados	470
Embargos, Apreensões e Interdições	74
Ouvidorias respondidas pela fiscalização	4.601

Figuras 32, 33, 34 e 35. Atividades de fiscalização ambiental desenvolvidas em 2020.



A perspectiva para a atuação do Brasília Ambiental na área de fiscalização é que se mantenha o foco das ações fiscais para a constante proteção ao meio ambiente no âmbito do Distrito Federal e, para isso, o planejamento das ações em 2021 tem como objetivos qualificar, agilizar, dar transparência e fortalecer mecanismos referentes à fiscalização de unidades de conservação e recursos hídricos, reduzindo os principais problemas identificados (ocupações irregulares, deposição irregular de resíduos sólidos, incêndios florestais, apanha irregular de animais silvestres, entre outros) e resguardando os atributos desses espaços ambientalmente protegidos. Nesse sentido, a propositura é para que haja um trabalho conjunto entre os setores internos e órgãos externos, para a integração dos esforços e elaboração das melhores soluções para cada unidade de conservação. Estão previstos a continuidade do trabalho de inteligência, análises dos processos, levantamento de subsídios e adoção de medidas de proteção ambiental adequadas com o objetivo de redução dos passivos ambientais.

Em relação às ações de combate à poluição sonora, uma tendência de ação é atuar na prevenção, em zonas e atividades consideradas "hotpoints" para fiscalização, visando reduzir os índices de Ouvidoria. Esse trabalho será sempre baseado no diálogo com todos os envolvidos e cientes da responsabilidade de coibir abusos, gerando um melhor atendimento e qualidade de vida à população local.

Estão previstas ações quanto ao combate aos maus tratos de animais, tráfico florestal e de animais silvestres no ano de 2021. A auditoria fiscal de Controle Ambiental promoverá barreiras rodoviárias em rotas de entrada do Distrito Federal para coibir a entrada ilegal de produtos e subprodutos de origem florestal e tráfico de animais silvestres, com apoio, colaboração e participação de outros órgãos distritais e federais.

No quesito fiscalização de atividades utilizadoras de recursos naturais e empreendimentos licenciáveis está prevista, ainda, a atuação preventiva no início do processo de licenciamento ambiental, bem como, a atuação fiscal em todas as fases do licenciamento ambiental: Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação e Autorização Ambiental, Licenças de Operação à Termo.

9. MONITORAMENTO AMBIENTAL E GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS - GAC

Considerando as ações relacionadas às atividades de monitoramento e gestão de áreas contaminadas, pode-se destacar aquelas que envolveram a Comissão do P2R2 e a criação dos bancos de dados de áreas contaminadas do DF, bem como a elaboração do Manual de Operação das Estações de Monitoramento da Qualidade do Ar e elaboração de boletins com informações meteorológicas, com periodicidade mensal, contemplando:

- Boletins de Precipitação;
- Boletins de Temperatura; e
- Boletins de Umidade Relativa do Ar.

As atividades previstas para o aprimoramento do Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) preveem análises, aprovações e acompanhamentos das intervenções/remediações dos estudos de investigação de passivos ambientais, análises de riscos e correlatos projetos/planos de ações, que são apresentados pelos empreendimentos licenciáveis em investigação ou confirmação de contaminação.

Figura 36. Gerenciamento de áreas contaminadas.

[Handwritten signature]
A.



Extravasamento de chorume na lagoa de armazenamento - Aterro Sanitário de Samambaia

No que se refere ao Monitoramento da Qualidade do Ar, pretende-se avançar na identificação, avaliação e controle de emissões provenientes de fontes fixas de emissão bem como na consolidação de uma rede de monitoramento mais moderna com aquisição de estações de monitoramento do ar automáticas. Também serão promovidas iniciativas para incremento das informações meteorológicas disponibilizadas pelo Instituto Brasília Ambiental.

10. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Dentre os destaques das atividades de licenciamento ambiental executadas pelo Brasília Ambiental, está a finalização da fila de processos de postos de combustíveis, avicultura, irrigação, pequenas minerações e outras, além da produção de Instruções Normativas conforme descrição abaixo.

Publicação de Instruções Normativas (IN):

- IN nº 32 de 30 de setembro de 2020, que estabelece o rito processual para Autorização de Supressão de Vegetação e da Compensação Florestal;
- IN nº 33 de 2 de outubro de 2020, que estabelece as diretrizes, os critérios técnicos e os procedimentos para a promoção de recuperação ambiental do Distrito Federal;
- IN nº 09 de 21 de março de 2020, que prorroga a vigência de Licenças e Autorizações Ambientais, e amplia o prazo para o cumprimento de condicionantes impostas pelo Brasília Ambiental e dá outras providências;
- IN nº 20 de 02 de junho de 2020, que prorroga a vigência de Licenças e Autorizações Ambientais, amplia o prazo para o cumprimento de condicionantes impostas pelo Brasília Ambiental e dá outras providências.

Um marco alcançado, foi o alcance da meta de mil atos emitidos ao final de 2020 (atos autorizativos acumulados durante os dois últimos anos). Muito esforço também fora desempenhado na normatização de rotinas e modernização de procedimentos internos, principalmente em um ano atípico como 2020. Foi possível, por exemplo, estender a validade das licenças ambientais, aliviando a pressão sobre atos que vencessem em 2020, trazendo maior tranquilidade aos interessados e ao próprio Instituto diante de um cenário de tantas incertezas.

Além disso, o prazo de análise dos processos teve significativa melhora. Dentre os requerimentos (atos autorizativos) analisados que deram entrada em 2019 e 2020 (levantamento realizado até setembro de 2020), tem-se uma média (para os anos de 2019/2020) de tempo total de tramitação de 182 dias. Importante destacar que trata-se do tempo total do processo, não apenas o tempo de análise técnica. (Fonte: Sistema URUTAU de acompanhamento de licenças). Essas informações demonstram uma evolução, principalmente se for feita a comparação com o mesmo tipo de diagnóstico realizado pela por consultoria especializada, no ano de 2015/2016. Portanto passa-se de uma média de 497 dias para uma de 182 dias.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Period	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10410 - PROTEÇÃO DE NASCENTES	UNIDADE	200,00	01/01/2018	Anual	300,00	0,00	400,00	-	500,00	-	600,00	-	PROG. ADOTE UMA NASCENTE
Justificativa: 2020 - O Instituto Brasília Ambiental passou por recentes mudanças em sua estrutura organizacional, tendo sido recriado o setor responsável pelo monitoramento de nascentes somente em dez/2020. Em relação a esse indicador não houve tempo hábil para a análise dos cadastramentos do Programa Adote uma Nascente. No entanto, espera-se que em 2021 esses índices sejam apurados e reportados adequadamente.													
10411 - RECUPERAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA	HECTARE		01/01/2001	Anual	125,00	16,30	125,00	-	125,00	-	125,00	-	BANCO DE DADOS CARCARÁ
Justificativa: 2020 - Devido às restrições impostas pela Pandemia de Covid 19, ocorreram atrasos nas ações previstas para 2020. O Brasília Ambiental estabelecerá novo cronograma.													
10406 - ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL VETERINÁRIO	UNIDADE	14700,00	01/12/2018	Anual	14700,00	13341,00	15000,00	-	15375,00	-	15750,00	-	HVEP
Justificativa: 2020 - Em razão pandemia pela Covid 19, foram empregadas medidas de prevenção de riscos à saúde pública a fim de evitar a disseminação da doença. O Brasília Ambiental editou o Decreto n.º 40.539, de 19 de março de 2020, que considerou o HVEP uma atividade essencial, tendo sido mantido o seu funcionamento. No entanto, foram implantadas medidas de segurança como a redução do número de atendimentos diários. Tal redução impossibilitou o alcance do índice desejado, a despeito deste fato, foi alcançado aprox													
10405 - TEMPO DE RESPOSTA DOS ATOS AUTORIZATIVOS AMBIENTAIS	DIA	500,00	01/01/2018	Anual	-	-	-	-	-	-	180,00	-	IBRAM
Justificativa: 2020 - O indicador tempo de resposta aos atos autorizativos teve redução nos últimos anos. Dentre os requerimentos (atos autorizativos) analisados, que deram entrada em 2019 e 2020 (levantamento realizado até setembro de 2020), tem-se uma média de tempo total de tramitação de 182 dias. Importante ressaltar que este é o tempo total do processo, não apenas o tempo de análise técnica. Foi demonstrado uma evolução positiva no tempo de análise, se comparado com o mesmo diagnóstico realizado em 2016. Portant													

6217 - SEGURANÇA PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	400000,0	369177,56	369176,19	299127,30

[Handwritten signatures and initials]

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8398 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS- DISTRITO FEDERAL	400000,0	369177,56	369176,19	299127,30
TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA	400000,00	369177,56	369176,19	299127,30

Destaca-se a celebração de contrato junto à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, cujo objeto prevê a contratação de até 45 reeducandos do sistema prisional (pintor, bombeiro hidráulico, electricista, serralheiro, serviços gerais e outros) e que, aliada à aquisição de diversos materiais e ferramentas, permitiu um aporte significativo nas ações de manutenção das Unidades de Conservação Distritais. O Brasília Ambiental encerrou o exercício 2020 com 24 reeducandos contratados como parte do corpo de servidores.

Figura 1. Equipe na Funap em atividades nas Unidades de Conservação.



0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20000,0	20000,0	19372,02	19372,02
0008 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-- DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	19372,02	19372,02
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	922000,0	922000,0	922000,00	768122,67
9556 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	922000,0	922000,0	922000,00	768122,67
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA	450000,0	265437,00	260655,64	260655,64
0020 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-IBRAM- DISTRITO FEDERAL	450000,0	265437,00	260655,64	260655,64
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	200000,0	238054,64	238054,34	238054,34
7043 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	200000,0	238054,64	238054,34	238054,34

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1790000,0	1214921,21	730211,01	730211,01
0021 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-- DISTRITO FEDERAL	1790000,0	1214921,21	730211,01	730211,01
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	3382000,00	2660412,85	2170293,01	2016415,68

Durante o ano de 2020 o recolhimento do PASEP correspondeu a uma média mensal de benefício concedido a 477 servidores e a conversão de licença prêmio em pecúnia foi concedida a 87 servidores. Em relação aos ressarcimentos, indenizações e restituições, destaca-se as indenizações de transporte dos auditores fiscais, demonstradas no quadro abaixo. Pode ser observada oscilação no quantitativo mensal resultante o período de quarentena ocorrido no Distrito Federal. Em relação à execução de sentenças judiciais, foram 02 (duas) no exercício.

Tabela 1. Indenizações de transporte.

Mês/2020	Quantidade
janeiro	68
fevereiro	69
março	73
abril	70
maio	41
junho	20
julho	53
agosto	51
setembro	58
outubro	58
novembro	61
dezembro	61

8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	50000,0	0,0	0	0
5351 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-IBRAM- DISTRITO FEDERAL	50000,0	0,0	0	0
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10000,0	10000,0	0	0
0015 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	62766213,0	67074642,48	66746443,95	66746443,95
8744 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	62766213,0	67074642,48	66746443,95	66746443,95
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	2455000,0	2210527,78	2046880,27	2046880,27

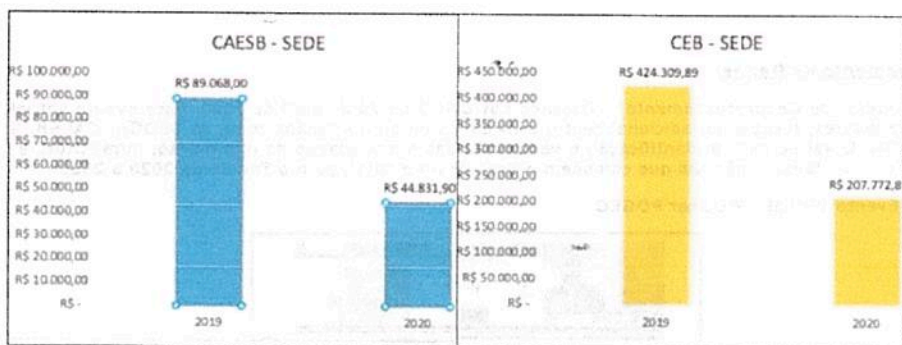
Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9569 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	2455000,0	2210527,78	2046880,27	2046880,27
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	4545771,0	4952459,81	4862030,10	4382143,55
9659 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	4545771,0	4952459,81	4862030,10	4382143,55
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	120000,0	1024343,0	1014343,0	1014343,0
0069 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-- DISTRITO FEDERAL	10000,0	36774,0	26774,0	26774,0
2505 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	110000,0	987569,0	987569,0	987569,0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10000,0	617640,0	560203,23	560061,97
2583 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	617640,0	560203,23	560061,97
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10000,0	66504,0	41862,40	41862,40
0068 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	10000,0	66504,0	41862,40	41862,40
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	400000,0	232280,00	232280,0	214110,0
8699 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA- INSTITUCIONAL- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	400000,0	232280,00	232280,0	214110,0
TOTAL - 8210 - MEIO AMBIENTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO	70366984,00	76188397,07	75504042,95	75005845,14

Em relação a esse programa, ligado às despesas administrativas, observa-se que a maior despesa é relativa à administração de pessoal (Ação 8502), com remuneração e pagamento de benefícios aos servidores.

As despesas vinculadas à manutenção de serviços administrativos gerais (Ação 8517) foram bastante diferenciadas em relação a anos anteriores. O exercício de 2020 foi marcado pela necessidade imperativa de aquisições voltadas à prevenção contra a COVID19, dada a situação de pandemia mundial. Nesse sentido, e considerando que uma parte relevante de servidores realiza atividades eminentemente externas (fiscalizações, vistorias, gestão de unidades de conservação e outras), fez-se necessária a compra de volumes consideráveis de máscaras, protetores faciais, luvas e álcool em gel. Em que pese a situação atípica vivenciada, a gestão responsável e eficaz dos recursos possibilitou que fossem feitos investimentos na modernização dos processos de trabalho, com a aquisição de computadores, tablets, scanners, nobreaks e licenças de softwares.

Destaca-se ainda que, em razão da necessidade de imposição do teletrabalho para a grande parte dos servidores, foi observada uma redução significativa dos gastos com energia elétrica e fornecimento de água e esgotamento sanitário, conforme demonstrado.

Figuras 1 e 2. Comparativo de gastos com CAESB e CEB entre 2019 e 2020.



Em relação às ações 1471 - Modernização de Sistema de Informação e 2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação, sinaliza-se que o exercício de 2020 foi extremamente produtivo para o Instituto Brasília Ambiental, em especial no que tange a modernização de sistemas de informação e gestão da informação.

Com a chegada da Pandemia, o Brasília Ambiental foi o primeiro órgão a propiciar uma estrutura para acesso remoto, por meio de modelo de conexão segura, baseada na utilização de VPN. Foi desta forma foi viabilizado o acesso dos servidores ao teletrabalho e garantindo segurança e produtividade. Esta conexão foi implantada no Brasília Ambiental em dois dias úteis após o início do teletrabalho excepcional. Diante do ineditismo do cenário e necessidade de resposta rápida, foi adotada uma arquitetura simples e eficaz, sem necessidade de contratações, mas robusta o suficiente para criar um legado permanente ao órgão, que poderá ser usufruído para ampliação do teletrabalho oficial, estando disponível de forma estruturada e perene.

Ainda no intuito de garantir a segurança de informação, o Brasília Ambiental realizou uma nova contratação de antivírus bem como a aquisição de duas unidades de nobreak. Muitos já são os desafios do dia a dia que, eventualmente, foram ainda ampliados pelo novo modelo de trabalho remoto. Desta forma, com objetivo de garantir uma adequada gestão operacional ao órgão, foram entregues 5 (cinco) pequenos sistemas administrativos, desenvolvidos pelo próprio quadro de servidores. São eles:

1. SIRIEMA: Sistema de Agendamento de Veículos do Brasília Ambiental;
2. SISTEMA DE PORTARIA: Sistema webservice de controle de entrada de visitantes no prédio;
3. COLIBRI: Sistema para atendimento a demanda de agendamento de drones;
4. Processos: Webservice para entrega de processos;
5. Senhas de Atendimento: Sistema de senhas para atendimento junto a Central de Atendimento ao Cidadão - CAC.

Figuras 3, 4, 5 e 6. Soluções em sistemas TI, desenvolvidas pelo Brasília Ambiental em 2020.



Alinhado ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), em ação conjunta das áreas demandantes e do setor de compras, foi renovado o parque tecnológico desta instituição e melhorias foram feitas na segurança da rede interna e o suporte a serviços, por meio da aquisição de 159 computadores; 2 nobreaks para o servidor de arquivos; 3 scanners para atendimento junto à Central de Atendimento ao Cidadão; 4 Tablets. Com a aquisição de softwares como o ArcGis e de Banco de Preços, foi criada a base necessária para otimização de serviços de geoprocessamento e de compras.

Figuras 7, 8 e 9. Aquisição de equipamentos de TI de acordo como o disposto no PDTI.



[Handwritten signature]

Realizações extraordinárias.

Transparência e Compartilhamento de Dados

- **Webinar PDGEO (Plano Diretor de Geoprocessamento)** - Ocorrido nos dias 28 e 29 de abril de 2020. Este evento virtual, contou com uma média de público diária de 50 servidores, recebendo, adicionalmente, convidados de outros órgãos como da SEDUH, CAESB, SUTIC e MMA. No evento foi demonstrado que o PDGEO vai permitir a identificação e verificação das necessidades de informação, infraestrutura, serviços, procedimentos e sistemas geoespaciais das unidades orgânicas que compõem o Brasília Ambiental, para o Triênio de 2020 a 2023.

Figura1. Imagens do Evento Virtual - Webinar PDGEO

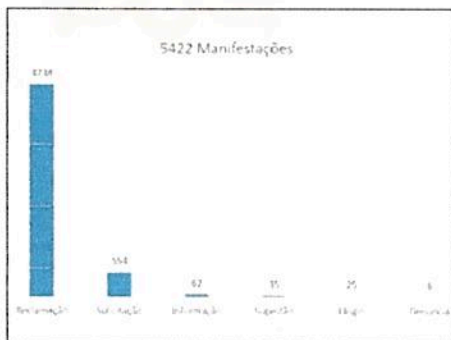


Ouvidoria

O trabalho realizado pela Ouvidoria está pautado nos termos do Decreto Distrital de nº 39.558/2018, conforme o artigo 19, Regimento Interno do BRASÍLIA AMBIENTAL, a Lei Distrital de nº 6519/2020 e Lei de nº 4990/2012, para garantir o acesso amplo do cidadão às informações gerais sobre a prestação do serviço público no DF.

Foram recepcionadas, durante o ano de 2020, um total de 5422 demandas, através dos diversos canais de atendimento de ouvidoria.

Figura 2. Gráfico com a distribuição dos tipos de manifestações de Ouvidoria recepcionadas em 2020.

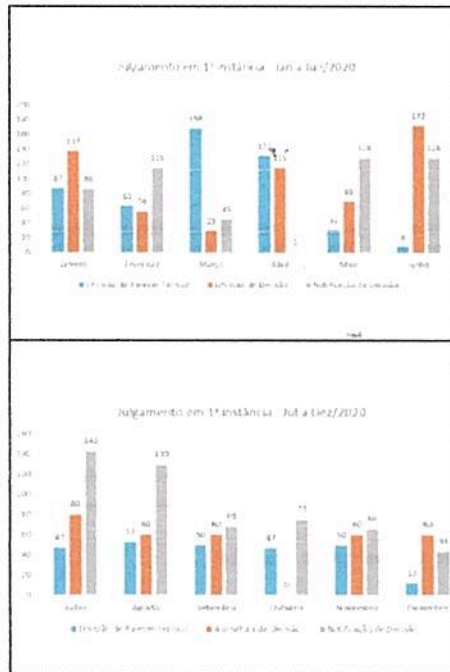


Julgamento dos Autos de Infração

O Julgamento dos Autos de Infração em 1ª Instância no âmbito do Brasília Ambiental é regulamentado pela Instrução Normativa IBRAM nº 15 de 05/11/2019 e é realizado pela Câmara de Instrução e Julgamento composta pela CTIA (Comissão Técnica de Instrução e Análise), pela CDJ (Comissão de Decisão e Julgamento) e pela UJAI (Unidade de Julgamento de Autos de Infração/Secretaria Geral).

A CTIA emite parecer técnico dos Autos de Infração; a CDJ emite as decisões/notificações dos Autos de Infração e a UJAI notifica as decisões/notificações dos Autos de Infração

Figura 3. Dados do julgamento dos autos de Infração em primeira Instância no ano de 2020.



Compensação Ambiental e Florestal

Durante o ano de 2020 foram destinados **R\$ 29.487.244,78** (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos) de recursos de Compensação Ambiental para o custeio de ações relacionadas à implantação e revitalização de Unidades de Conservação (UC), como o Parque Recreativo do Gama (Prainha), Parque Distrital das Copaibas, ARIE do Bosque, Parque Distrital Bernardo Sayão, Parque dos Pioneiros, Parque Ecológico Sucupira, Parque Ecológico da Asa Sul, Parque Ecológico Ezequias Heringer e outros. As estruturas previstas para serem implantadas nas referidas UC incluem construção de guaritas de segurança, pistas de caminhadas, cercamentos e outras ações afins.

Quanto à Compensação Florestal, os recursos destinados no período foram de **R\$ 850.801,02** (oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e um reais e dois centavos), valores utilizados na aquisição de materiais e equipamentos de prevenção e combate aos incêndios florestais, além de elaboração de projetos relacionados à temática conservação de recursos naturais.

No que se refere às perspectivas para os institutos compensatórios, os esforços focalizam em dar maior efetividade às destinações, ou seja, que estas se transformem em ações concretas nas UCs, por meio do aumento do percentual de execução dos recursos destinados e, com isso, que os espaços protegidos cumpram, de fato sua razão de ser, que é proporcionar à população do Distrito Federal o contato harmônico com a natureza, nos casos em que isto é possível, preservando-a para o usufruto das presentes e futuras gerações.

Atendimento ao Cidadão

Devido à situação da Pandemia por Covid 19 durante a maior parte do ano de 2020, foram priorizados os atendimentos via e-mail e por telefone. Nesse período foram protocolados **13.187 (treze mil cento e oitenta e sete) documentos**, atendendo às demandas dos cidadãos para os mais diversos serviços oferecidos pelo Brasília Ambiental.

Comunicação Institucional

Em 2020, o Brasília Ambiental fez importantes avanços em seu relacionamento com a população do Distrito Federal por meio de novos veículos e ferramentas de comunicação. Nas redes sociais foram criados os canais do Youtube, LinkedIn e o podcast Papo Ambiente. O Youtube foi lançado em setembro e em curto espaço de tempo ganhou grande relevância nos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto, tendo em vista que passou a ser a ferramenta das transmissões ao vivo de eventos como as Audiências Públicas e Semana da Saúde e Segurança do Trabalho. Já o LinkedIn é o canal específico para dar conhecimentos das competências e dos trabalhos desenvolvidos pelo corpo técnico altamente qualificado do Instituto. E o podcast estreitou o relacionamento do órgão com o público em geral, abordando relevantes temas do meio ambiente e prestação de informações dos serviços desenvolvidos. O projeto foi lançado em junho/2020 e, até dezembro, foram divulgados 7 episódios.

Houve também o aprimoramento dos veículos já existentes com o lançamento de novos projetos, tais como:

- Vídeo Institucional Minuto Ambiental, que resume, em um minuto, as principais ações do órgão semanalmente. Disponível no Instagram, Facebook e Youtube - o projeto foi lançado no mês de abril e até o final de 2020 foram divulgados 30 vídeos;
- Post Observaves, destinado à divulgação de fotos de aves do Cerrado clicadas pelo grupo Observaves. As postagens semanais nas redes sociais e tem rendido feedback positivo do público.

O site institucional é o principal meio de comunicação do Instituto Brasília Ambiental com a sociedade. **372.400** usuários acessaram o portal do Brasília Ambiental, no qual foram divulgadas **421** publicações, entre matérias e atualizações, no ano de 2020. Para o público interno, foi lançado o Boletim Eletrônico Semanal Zap Ambiente, com os principais fatos do órgão, distribuído pelo WhatsApp para maior alcance/conhecimento do público interno (inclusive os lotados nas unidades descentralizadas).

Figuras 4, 5 e 6. Atividades de comunicação desenvolvidas pelo Brasília Ambiental em 2020.



Para 2021, a expectativa é alcançar espontaneamente **12 mil seguidores no Instagram, 8 mil no Facebook e 500 inscritos no Youtube**. Cabe destacar que a captação de público nas redes sociais - até o momento - acontece de forma voluntária, uma vez que o Instituto não utiliza dos mecanismos de post patrocinado e impulsionamento de publicações para alavancar público. Para 2021 também está planejada a ampliação das redes

[Handwritten signatures and initials]

sociais do Instituto com o lançamento do microblogging Twitter.

Planejamento Estratégico

Em 2020 o Brasília Ambiental atualizou seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) tomando por base o Plano Estratégico do Governo do Distrito Federal 2019 - 2060. Foram definidas 5 Batalhas que precisam ser vencidas, 12 Resultados Chave que são as metas a serem alcançadas, e 48 Iniciativas que irão operacionalizar as diretrizes estratégicas. O PEI foi publicado no site institucional em dezembro de 2020 e está disponível no endereço: <http://www.ibram.df.gov.br/mapa-estrategico/>

Acordos de Cooperação Técnica

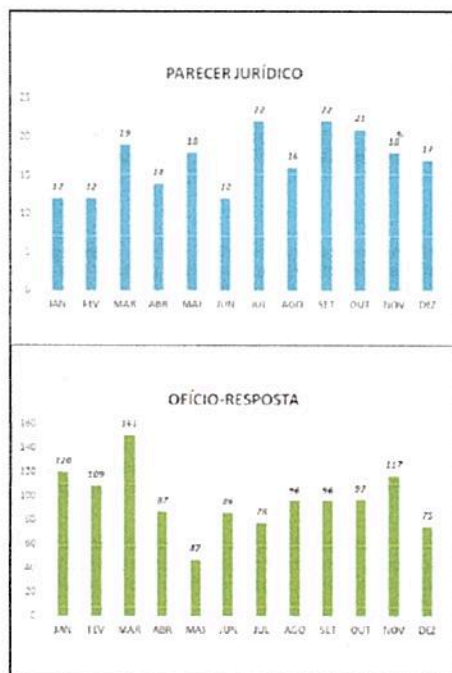
Os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) são instrumentos jurídicos regidos por legislação específica que permite que seja estabelecido ajustes entre o poder público e entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua cooperação, sem o repasse de recursos financeiros. Ao final de 2020 estavam vigentes no Brasília Ambiental 24 Acordos de Cooperação Técnica. Em 2020 foram firmados 05 novos ACTs, abaixo segue quadro com o resumo dos instrumentos.

Número do ACT	Processo	Partícipes e Objetivos	Data de Assinatura	Vigência
8/2020	00391-00001088/2020-46	IBRAM e IBAMA - gestão integrada do Cadastro Técnico Federal Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP e do Cadastro Técnico Distrital de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTD	24/03/2020	INDETERMINADO
1/2020	00391-00000837/2020-18	IBRAM e MPDFT - cessão, por parte do MPDFT, do software "Solução de Inventário Anual"	26/05/2020	5 ANOS
3/2020	00391-0011249/2019-76 e 00391-00009851/2019-43	IBRAM e FBB - Projetos de Compensação Florestal	16/06/2020	5 ANOS
4/2020	00094-00001439/2020-73	IBRAM e SLU-DF - cessão, pelo BRASÍLIA AMBIENTAL, do software "URUTAU" para realização de desenvolvimento de soluções no SLU, e a cessão, pelo SLU, do software "SIG", para a utilização nas atividades do IBRAM	02/09/2020	5 ANOS
6/2020	00391-00001923/2019-12	IBRAM e CGDF - cessão do código fonte do Sistema de Gestão de Demandas, doravante denominado SIGEDEM, bem como o compartilhamento e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos, com a finalidade específica de viabilizar a utilização, pelo Brasília Ambiental, do referido sistema.	27/08/2020	2020

Procuradoria Jurídica

O Brasília Ambiental responde as demandas externas de natureza jurídica que versem sobre atribuições do órgão, em especial aquelas suscitadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público Federal e Poder Judiciário. Essas solicitações demandam um trabalho específico de acompanhamento pela Procuradoria Jurídica do Insituto, que zela pela qualidade da resposta da Autarquia aos órgãos de controle mediante acompanhamento das requisições e monitoramento do cumprimento dos prazos junto às áreas técnicas demandadas. Segue abaixo os números relacionados a esse tipo de demanda:

Figura 7. Dados de emissão de Parecer Jurídico e Ofício Resposta em 2020



Controle Interno

As ações de Controle Interno do Brasília Ambiental no ano de 2020 se pautaram em dois temas relacionados às ações de controle e auditoria, a execução do Plano Anual das Atividades de Controle Interno - PAAI 2020 e o acompanhamento do cumprimento das recomendações e determinações apresentadas em relatórios de auditoria e inspeções do Tribunal de Contas do Distrito Federal e da Controladoria Geral do Distrito Federal.

Para o ano de 2021, serão aperfeiçoados os trabalhos do Plano Anual das Atividades de Controle Interno - PAAI 2021, tendo em vista uma maior interação com a Subcontroladoria de Controle Interno e a padronização das análises realizadas pelas Unidades de Controle Interno. Destaca-se também o início de implementação da Gestão de Riscos e de um Programa de Integridade e Compliance para o Brasília Ambiental.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Apesar dos desafios enfrentados no ano de 2020 considera-se que os resultados obtidos pelo Brasília Ambiental foram bastante satisfatórios, considerando o registro de avanços em quase todas as áreas de atuação do Instituto.

Execução Orçamentária

A dotação orçamentária ordinária inicial disponibilizada ao Brasília Ambiental em 2020 correspondeu ao montante de R\$ 84.007.401,00, sendo os recursos distribuídos em 34 programas de trabalho e tendo como fontes de recursos:

Fonte de Recurso	Valor
Fonte 100	R\$ 76.909.135,00
Fonte 157	R\$ 1.192.407,00
Fonte 220	R\$ 5.905.859,00
TOTAL	R\$ 84.007.401,00

Em comparação ao exercício de 2019 em que a dotação orçamentária foi de R\$ 73.139.521,00, observa-se um aumento de 14,86% conforme comparativo que segue:

FONTE DE RECURSO	2019	2020	VARIAÇÃO
Fonte 100	R\$ 61.188.804,00	R\$ 76.909.135,00	25,69%
Fonte 157	R\$ 2.672.611,00	R\$ 1.192.407,00	-55,38%
Fonte 220	R\$ 9.278.106,00	R\$ 5.905.859,00	-36,35%
TOTAL	R\$ 73.139.521,00	R\$ 84.007.401,00	14,86%

Quanto à distribuição por categoria de gastos, houve aumento nas três categorias apresentadas Pessoal, Custeio e Investimento, destacando que novamente em 2020 foram alocados na fonte própria do Brasília Ambiental (220) montantes significativos para pagamento das despesas com pessoal.

CATEGORIA DE GASTO/FONTE DE RECURSO	FONTE 100	FONTE 157	FONTE 220	TOTAL
Categoria 1	R\$ 61.933.350,00	-	R\$ 1.482.863,00	R\$ 63.416.213,00
Categoria 3	R\$ 14.875.785,00	R\$ 1.107.699,00	R\$ 4.422.996,00	R\$ 20.406.480,00
Categoria 4	R\$ 100.000,00	R\$ 84.708,00	-	R\$ 184.708,00
TOTAL	R\$ 76.909.135,00	R\$ 1.192.407,00	R\$ 5.905.859,00	R\$ 84.007.401,00

No entanto, durante o exercício foram observadas alterações orçamentárias, basicamente decorrentes de emendas parlamentares distritais e suplementações. O aporte inicial de emendas individuais totalizou R\$ 5.209.000,00, as quais, após cancelamentos e suplementações orçamentárias durante o ano, apresentaram uma despesa autorizada equivalente a R\$ 2.889.000,00 alocadas nos programas finalísticos da Autarquia, alcançando um índice de execução de 69,36%.

Durante o exercício de 2020 iniciou-se a arrecadação dos valores relativos à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Distrito Federal - TCFA-DF. Do montante arrecadado de R\$ 655.636,00 (valor este suplementado ao orçamento, visto que quando da elaboração da PLOA 2020 ainda não existia esta previsão), foram executados durante o ano R\$ 267.750,00 para ampliação do parque tecnológico da fiscalização do Brasília Ambiental. O restante do montante arrecadado foi indicado em processo específico para aquisição de equipamentos de fiscalização, mas que, no entanto, a homologação do pregão não se deu durante o exercício de 2020, sendo assim, objeto de apuração de superávit para o ano seguinte.

Outro fator que teve impacto significativo nas alterações orçamentárias em 2020 foram as apurações de excessos de arrecadação referentes aos recursos provenientes do repasse da receita de compensação pela utilização de recursos minerais (Fonte 157). Do total R\$ 7.020.312,70 de excesso de arrecadação, foram alocados ao orçamento o valor de R\$ 4.086.997 à dotação orçamentária ordinária. Após as mencionadas alterações orçamentárias, a Despesa Autorizada para o exercício de 2020 resultou em um montante de R\$ 86.057.051,88, representando um aumento de 0,75% em relação ao ano de 2019. Destaca-se que o Brasília Ambiental atingiu o índice de 97% de execução em detrimento à Despesa Autorizada, um índice bastante satisfatório.

Em relação à arrecadação, o Brasília Ambiental enfrentou frustração da arrecadação própria na ordem de 7,95% esse dado faz referência especificamente aos recursos oriundos da fonte 220, o que monetariamente representou o montante de R\$ 469.989,95. A seguir, é demonstrada a informação dos valores registrados para devolução em 2020, foram valores recebidos em duplicidade ou indevidamente, sendo obrigação da Autarquia restituí-los aos interessados.

Mês	Arrecadado	Devoluções	Saldo
Janeiro	426942,5	-180	426762,5
Fevereiro	184130,62	-285,71	183844,91
Março	421442,75		421442,75
Abril	373236,7		373236,7
Maior	315556,01		315556,01
Junho	468077,04	-2324,14	465752,9
Julho	687972,18		687972,18
Agosto	597041,01		597041,01
Setembro	731599,21	-3872,6	727726,61
Outubro	385207,66	-21453,62	363754,04
Novembro	395840,66	-148923,64	246917,02
Dezembro	448822,71		448822,71
Totais	5435869,05	-177039,71	5258829,34

RESUMO SINTÉTICO FONTE 220	
Previsão	R\$ 5.905.859,00
Arrecadação	R\$ 5.435.869,05
Frstração	- R\$ 469.989,95

No entanto, no mesmo período houve um incremento na arrecadação do Instituto proveniente das receitas da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Distrito Federal - TCFA-DF (fonte 287), bem como, repasses acima do previsto para a fonte de recursos 157 - Compensação pela Utilização de Recursos Minerais. Destacam-se que os saldos não utilizados para pagamento referentes às despesas de 2020 serão objeto de apuração de superávit em processo específico no exercício de 2021.

Para o exercício de 2021, espera-se um incremento nas arrecadações provenientes da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Distrito Federal - TCFA-DF (fonte 287) e da Compensação pela Utilização de Recursos Minerais (fonte 157), bem como, o desenvolvimento de sistema de controle de arrecadação que possibilitará um acompanhamento mais tempestivo dos valores recebidos. Destaca-se que as duas fontes citadas provêm de recursos específicos para custeio de ações relacionadas ao meio ambiente, pois a origem dos recursos referem-se a danos ambientais ou ao combate de infrações ambientais.

Perspectivas Futuras

O Brasília Ambiental tem o compromisso com a manutenção da variabilidade na distribuição de informações e na garantia de acesso desburocratizado. Assim, busca uma gestão da informação em seus mais variados suportes - do físico ao digital - por meio de serviços e produtos cuja finalidade precípua seja tornar acessível a informação produzida e coletada pelo Instituto. Para isso, algumas das entregas para 2021 já em andamento que pode-se destacar: 3 Sistemas (SISPAS, CCAI e ONDA); compras de mais maquinários para a contínua modernização do parque

tecnológico, infraestrutura de internet e 5 unidades de conservação e 5 treinamentos (RPA Classe 3, Banco de dados, Geoprocessamento, Metadados e Dronetomap).

Projetos Prioritários

Em relação a projetos prioritários, estão previstas para 2021 as seguintes iniciativas:

- Construção da Sede Própria do Instituto Brasília Ambiental por meio de Compensação Florestal;
- Desenvolvimento de Sistema Corporativo;
- Implementação/revitalização da Infraestrutura das Unidades de Conservação;
- Implantação de Modelo de Exploração Econômica nas Unidades de Conservação;
- Instalação da GDF-NET nas Unidades de Conservação;
- Fortalecimento das Ações de Fiscalização;
- Melhorias e Ampliação das Instalações do Hospital Veterinário Público (HVEP).

Identificação dos Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: DANIEL MORAES FERREIRA

Telefone: (61)3214-5626 e-mail de contato: daniel.moraes@ibram.df.gov.br

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: ARIANA DIAS DA SILVA FERREIRA LEITE

Telefone: (61)3214-5626 e-mail de contato: ariana.leite@ibram.df.gov.br

Assinatura:  _____

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: CLAUDIO JOSE TRINCHAO SANTOS

Telefone: (61)3214-5601 e-mail de contato: claudiotrinchao@gmail.com

Assinatura:  _____

Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: ROGERIO DE CASTRO DUARTE E SILVA

Telefone: (61)3214-5691 e-mail de contato: rogerio.castro@ibram.df.gov.br

Assinatura:  _____